

Quarta-feira

Teresina, 18 de novembro de 2015



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

 **WhatsApp**
(86) 98121-9514

Não esqueça de se identificar.

Audiência pública discute Orçamento 2016

A Assembleia Legislativa do Piauí realiza hoje audiência pública sobre o Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2016. A relatora do orçamento na Casa, deputada estadual Lizie Coelho (PTB), informou que a audiência será para discutir os percentuais estabelecidos para cada poder (Executivo, Legislativo e Judiciário). Foram convidados representantes de todos os poderes.

Para a relatora, o Gover-

no do Estado já manifestou que pode ceder em sua proposta a fim de melhorar a distribuição de recursos para os poderes, mas que a margem de aumento está submetida às dificuldades enfrentadas pelo Piauí frente à crise econômica atual. Pelo projeto enviado pelo Governo para Assembleia, a previsão é de um orçamento geral de R\$ 9,2 bilhões dividido entre os três poderes. A maior fatia vai para o Executivo, que ficará com R\$ 7,9 bilhões.

Para o Legislativo estão previstos R\$ 291 milhões e para o Judiciário, R\$ 456 milhões, além de R\$ 171 milhões para a Procuradoria Geral de Justiça, R\$ 5,5 milhões para a Corregedoria de Justiça e R\$ 47 milhões para o Fundo de Reparelhamento e Modernização do Judiciário e R\$ 554 mil para a Escola Judiciária. Entre as secretarias, a pasta de Administração e Previdência ficaria com o maior aporte: R\$ 1,9 bilhão, seguida pela Secretaria de Educação,

com R\$ 1,8 bilhão, e a de Saúde, com R\$ 1 bilhão.

Para a Secretaria de Segurança a previsão é de apenas R\$ 182 milhões, tendo havido uma redução de R\$ 2 milhões no orçamento em comparação com o de 2014. As secretarias que ficaram com menor orçamento foram as da Inclusão da Pessoa com Deficiência, com R\$ 5,4 milhões, e Mineração, Petróleo e Energias Renováveis, com R\$ 6,9 milhões. (CS)

Em Tempo

Da equipe

emtempodp@hotmail.com

Foto: Divulgação



Algodões

As empresas Jurema e Hidros estão com a corda toda no tocante ao projeto Algodões I, em Cocal. A barragem está sendo reconstruída desde junho ao custo de R\$ 118 milhões, segundo o TCE-PI, sob gestão de Luciano Nunes (foto). Já foram pagos R\$ 93,302 milhões.



Alepi

Órgãos se reúnem para discutir alterações na proposta de orçamento

João Magalhães
Repórter

Representantes de órgãos do poder público se reúnem hoje (18) em audiência pública na Assembleia Legislativa (Alepi) para discutir a elaboração da proposta orçamentária para o ano de 2016. A reunião foi sugerida pela relatora do orçamento, deputada Lizié Coelho (PTB) para que os secretários de Fazenda e de Planejamento tirem dúvidas dos presentes sobre as perspectivas financeiras para o ano de 2016.

Após as discussões, deputados estaduais têm até 1º de dezembro para propor emendas na proposta de orçamento das pastas. De acordo com o deputado estadual João de Deus (PT), líder do Governo na Alepi, o momento vai servir para que a equipe econômica do Governo explique detalhadamente a previsão financeira para o ano que vem. "Quem trabalha com planejamento sabe que se trabalha com o que tem e não com o que se deseja. Estamos em um cenário ruim. O orçamento de 2015 não se cumpriu e temos que planejar para que o de 2016 seja o mais

Orçamento

A proposta de orçamento para 2016 chegou à Assembleia em 29 de outubro e logo após o governador começou a ouvir reivindicações

real possível", diz João de Deus.

A proposta de orçamento para 2016 chegou à Assembleia Legislativa em 29 de outubro e logo depois o governador Wellington Dias (PT) percorreu órgãos para ouvir reivindicações de gestores sobre o projeto. Tanto o Ministério Público, quanto o Tribunal de Justiça solicitaram aumentos na previsão de orçamentos os respectivos órgãos.

Na audiência pública, também será discutido o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019. Os secretários de Planejamento Antônio Neto, de Fazenda, Rafael Fonteles, e representantes do Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Justiça, dentre outros órgãos.



Arimatéia Azevedo

Crise ignorada

Enquanto outros governos estaduais estão reduzindo percentuais do orçamento 2016 para os poderes Legislativo, Tribunal de Contas, Judiciário e Ministério Público, o Executivo piauiense está propondo um aumento de 3,75%. Mas há aqueles que acham que o Piauí pode mais e estão exigindo percentuais estratosféricos de 20%, 40%.



TCE apura denúncia - 18/11/2015 às 07h59

Empresa do primo do prefeito recebeu R\$ 700 mil em Dirceu Arcoverde-PI

Curtir 0

Tweet 0

+1 0

Compartilhar

Está difícil para o prefeito de Dirceu Arcoverde, Carlos Gomes de Oliveira, o Carlão, justificar para o Tribunal de Contas do Estado como a empresa D. G. de Oliveira – ME, que pertence ao seu primo, Dalvarez Gomes de Oliveira, faturou quase R\$ 700 mil no ano de 2013.

Uma denúncia grave feita por vereadores da cidade junto ao TCE aponta que a empresa venceu licitação para alugar veículos para todas as secretarias. Porém, a referida empresa não teria nenhum veículo na época. E o mais grave: ela pertenceria ao próprio prefeito Carlão.

Até agora, o prefeito se defendeu na prestação de contas de 2013 declarando que tudo aconteceu dentro da legalidade. A prestação de contas ainda será julgada e o gestor terá direito a recurso.

Ademais, pontuaram os Denunciantes que, a empresa D. G. de Oliveira – ME, prestadora de serviços para Prefeitura, cujo representante legal é o senhor Dalvarez Gomes de Oliveira (**primo do prefeito**), decorrente de serviço de locação de veículos em todas as secretarias municipais (**TP 011/2013 e TP 011/2014**), totalizando um valor de R\$ 625.815,40 e mais R\$ 70.656,00 (**Peça 5, fls. 90 a 106, 1 a 100 da Peça 6 e 1 a 16 da Peça 7**), pertence, de fato, ao Sr. Prefeito. Que a empresa não tem sede própria; que o representante não tem veículo e, de fato, a empresa jamais prestou serviço; que as rotas previstas no Anexo I do processo licitatório são falsos (**Peça 5, fls. 90 a 106**), os quais, em sua essência, são uma cópia real dos documentos

Trecho do relatório do TCE-PI

Publicado Por: Aquiles Nairó

Assembleia faz audiência pública para discutir Orçamento 2016 e Poderes protestam por reajuste maior

Presidente do Tribunal de Justiça do Piauí, Raimundo Eufrásio, afirma que o percentual é muito pouco e reivindica um aumento de 21%. O governo descartou essa possibilidade

Repórter: Lídia Brito

18/11/2015 08h41 - Atualizado em 18/11/2015 08h42



A Assembleia Legislativa do Estado realiza na manhã desta quarta-feira (18/11) audiência pública para discutir com o governo do Estado e os demais Poderes o Orçamento Geral de 2016. Os Poderes consideram insuficiente o índice de 3,7% de reajuste em relação ao orçamento do ano passado proposto pelo Palácio de Karnak.

Leia mais: Presidente do TJ-PI quer aumento de 21% mas W.Dias oferece máximo de 7%



Wellington apresentou proposta a Themístocles Foto: Ascom/Alepi

A audiência pública ocorre depois que o governador Wellington Dias (PT) visitou as sedes dos Poderes e ofereceu como nova proposta um aumento em torno de 7%. O presidente do Tribunal de Justiça do Piauí, Raimundo Eufrásio, afirma que o percentual é muito pouco e reivindica um aumento de 21%. O governo descartou essa possibilidade.

Wellington Dias afirma que a proposta apresentada encontra-se dentro da realidade financeira do Estado. "O problema é que no ano

passado foi feito um orçamento que mais parece ficção. Fora da realidade do Estado. Isso nos prejudicou bastante. Os valores apresentados aqui representam um orçamento feito com responsabilidade", destacou.

POLÊMICA

A discussão sobre o orçamento ocorre em meio a uma polêmica entre a presidente da Comissão de Fiscalização, Orçamento e Controle, deputada Lizie Coelho (PTB), relatora da proposta, e o líder da oposição, deputado Robert Rios (PDT). O parlamentar apresentou a proposta da criação de uma sub-relatoria para analisar o orçamento.

Lizie foi contra a proposta e acusou o deputado de "machismo". Ela afirma que apesar de ser presidente da comissão e relatora do orçamento, não foi informada sobre a criação da sub-relatoria. "Isso é machismo. Se eu não fosse mulher eles teriam me consultado antes", declarou.